

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.655 - RJ (2018/0272342-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CANDIDO ALVES LAGE
AGRAVANTE : HELENA BAPTISTA ALVES SOQUEIRO
ADVOGADO : LUIS FERNANDO NOGUEIRA MARIN E OUTRO(S) - RJ093203
AGRAVANTE : LUIZ BOA PINTA TEIXEIRA DE ABREU FILHO
ADVOGADOS : JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO
- RJ131907
VINICIUS CARREIRO HONORATO E OUTRO(S) - RJ188176
CELIO FERNANDES SILVA JUNIOR - RJ198990
RUANA ARCAS MARTINS COSTA DE ANDRADE SILVA -
RJ209069
LEONARDO NOLASCO DE SIQUEIRA PENNA - RJ139104
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : BARBARA MORAIS BLANCO SILVA
AGRAVADO : ELISANGELA MORAIS BLANCO
AGRAVADO : TB TRANSPORTES BLANCO LTDA - EPP
ADVOGADO : CESAR FERNANDES SANCHES E OUTRO(S) - RJ081171

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIZ BOA PINTA TEIXEIRA DE ABREU FILHO contra decisão que não admitiu recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PRINCIPAL DE COBRANÇA DECORRENTE DE AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA PARA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA PAGAMENTO DE DÉBITO OU A DESCONSTITUIÇÃO DO CONTRATO COM RESTAURAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO. ALEGAÇÃO AUTURAL DE INADIMPLEMENTO DO RÉU REFERENTE À VENDA DE COTAS NA SOCIEDADE EMPRESÁRIA MEDIANTE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES. APELO DO RÉU QUE ARGUI PREJUDICIAL DE MÉRITO ALEGANDO PRESCRIÇÃO DO SUPOSTO DIREITO AUTURAL E PRELIMINARES DE NULIDADE E, AINDA NO MÉRITO, REPISANDO EM PARTE, AS ARGUMENTAÇÕES ANTERIORMENTE ESPOSADAS, REQUER A REFORMA DA SENTENÇA PARA EXCLUSÃO DA MULTA E LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO OU ARTIGO.

APELAÇÃO DOS AUTORES QUE ARGUI PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E, NA QUESTÃO DE FUNDO REQUER A REFORMA DA DECISÃO PARA DESCONSTITUIÇÃO DO CONTRATO. MANUTENÇÃO *IN TOTUM* DO JULGADO, REJEITANDO-SE AS PRELIMINARES. *DECISUM* FUNDADO EM LAUDO PERICIAL QUE BEM ABORDOU E RESPONDEU AS QUESTÕES LEVANTADAS NOS QUESITOS FORMULADOS. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA MULTA E DOS JUROS EIS QUE DECORRENTES DO INADIMPLEMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, *IN CASU* QUE OBJETIVA DETERMINAR TÃO SOMENTE O *QUANTUM* DEBEATUR. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS APLICADOS DE FORMA EQUÂNIME E DE ACORDO COM A PREVISÃO LEGAL VIGENTE À ÉPOCA. PLEITO DE DESCONSTITUIÇÃO QUE SE ATÉM APENAS A RESOLUÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA E NÃO AO CONTRATO PROPRIAMENTE DITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS. PREJUDICIAL E PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, PROVIMENTO NEGADO A AMBOS OS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, sustentou o ora agravante, em suma, violação dos arts. 98, 427, 489, § 1º, IV, 509, I e II, e 1.022, II, do Código de Processo Civil; 20, §§ 3º e 4º, 387, 475-C, II, 475-E, e 535 do Código de Processo Civil de 1973; sob o argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação do julgado recorrido. Apontou que os recorridos não poderiam ter sido beneficiados com a concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça, a qual foi-lhes erroneamente concedida. Afirmou que "a ação cautelar foi visivelmente preparatória à principal, o que corrobora a tese defendida pelo ora recorrente, no sentido de que o juízo que a julgou deveria, também, julgar a ação principal" (fl. 1.806). Argumentou que efetivamente comprovou as suas alegações. Aduziu que a liquidação de sentença deveria ser feita por meio de arbitramento, não por cálculos, pois ela não exige simples cálculos aritméticos. Mencionou também que os honorários advocatícios foram arbitrados em valor excessivo, uma vez que foram fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

Na hipótese dos autos, a Corte de origem consignou o seguinte sobre a concessão do benefício da gratuidade de justiça (fl. 1.605):

Compulsando detalhadamente os autos, constata-se que o pedido de gratuidade de justiça formulado pelos autores foi documentado através das afirmações de pobreza, bem como pelos contracheques referentes ao recebimento de proventos de aposentadoria junto ao INSS (índices 17, 20, 21 e 22) e deferido pelo juízo no índice 188. Inconformado, o primeiro réu impugnou a gratuidade de justiça concedida aos autores, requerendo ao juízo a autuação do incidente em apartado, em 1/11/2012 (índices 1329 e 1330), o qual caiu no esquecimento por quatro anos e, reiterado em 11/02/2016, por ocasião da interposição do presente recurso.

Sabe-se que a intenção da autuação em apartado do pedido de impugnação à gratuidade é justamente não obstar a marcha processual. Contudo, a não apreciação pelo juízo de primeiro grau acerca de tal pedido não constitui qualquer prejuízo para o réu-apelante e, portanto, não é o caso de nulidade na sentença, aplicando-se perfeitamente ao caso concreto o princípio *pas de nullité sans grief*, isto é, não há nulidade sem prejuízo, vez que a discussão do valor da causa não é questão prejudicial ao mérito da ação, melhor dizendo, não há prejuízo na apreciação do mérito discutido na sentença impugnada.

Assim, tal medida estaria contrariando ao princípio constitucional da razoável duração do processo, estampado no inciso LXXVIII, do art. 5º, da CRFB/1988, haja vista que a ação principal foi proposta no ano de 2011 e, a essa altura, anular o julgado não importaria em qualquer reabilitação de quaisquer vício insanável nos autos.

Nesse sentido, verifico que a concessão do benefício da gratuidade de justiça foi concedida aos autores com base na documentação juntada aos autos na época, cuja revisão desse entendimento demandaria nova investigação acerca dos fatos e provas contidos no processo, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, o ora agravante não se desincumbiu de afastar a concessão do benefício da gratuidade de justiça aos autores na época em que lhes foi concedida essa benesse, nem conseguiu comprovar que os agravados não podem mais ter esse direito que lhes foi deferido.

No mais, o Tribunal estadual deixou consignado o seguinte sobre a questão da competência para julgamento do juízo cautelar não estar prevento para a propositura da ação principal (fl. 1.606):

Entretanto, no que se refere especificamente à produção antecipada de provas, a doutrina e a jurisprudência já apontavam à época, no sentido de não estar prevento o juízo cautelar para a propositura da ação principal. Tal diretriz, já consolidada sob a égide do CPC/73 – TFR, Súmula 263, é ainda mais justificável diante da ênfase à autonomia da tutela à prova prevista no art. 381, § 3º, do Código Processo Civil de 2015.

Essa norma é compreensível dado o caráter não construtivo da medida, da ausência de juízo, nem mesmo sumário, sobre o mérito da pretensão principal, bem como da eventualidade de uma ação principal.

Ocorre que o fundamento aplicado pelo Tribunal local, relacionado à incidência da Súmula n. 263 do TRF no caso, não foi impugnado pelo agravante, e como ele é suficiente para manter o acórdão, não pode ser alterado, diante da incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal na hipótese dos autos.

Além disso, a Corte de origem, ao julgar a causa, deixou registrado os seguintes excertos (fls. 1.609-1.615):

Assim, os autores ajuizaram a demanda, requerendo a produção antecipada de provas com o intuito de apurar o valor devido pelo réu, na forma da Escritura Pública de Compra e Venda de Participações Societárias e Cessão de Direitos, sendo o laudo pericial conclusivo de que o valor devido é de R\$ 9.460.608,38 (nove milhões

quatrocentos e sessenta mil seiscentos e oito reais e trinta e oito centavos), equivalentes a 5.567.683,8385 UFIR/RJ (índice 037).

Acrescente-se, por oportuno, que o perito se respaldou no contrato realizado entre as partes para elaboração do laudo. O réu, quando instado pelo expert a apresentar documentação necessária à elaboração do laudo, limitou-se a trazer aos autos, tão somente, pagamentos de indenizações trabalhistas e ilícitos civis, documentos esses que não representam totalmente o passivo circulante.

Dessa forma, o referido laudo encontra-se alinhado à documentação apresentada pelo primeiro réu, que, em momento algum, afirma ter realizado algum pagamento aos autores, estando à matéria suficientemente exaurida pelo *expert*.

(...).

Outro ponto impugnado a ser esclarecido refere-se à possibilidade de, em liquidação de sentença, serem devidamente compensadas do suposto crédito dos apelados todas as amortizações comprovadamente realizadas pelo apelante referentes às dívidas da sociedade empresária anteriores a 31/12/2001 e que não constaram do laudo pericial produzido no âmbito da ação cautelar de produção antecipada de provas.

A sentença foi clara quando, em sua parte dispositiva, condena o apelante ao pagamento do valor de R\$ 9.460.608,38, em 30/9/2006, como também prevê a apuração do quantum da dívida em liquidação de sentença, na forma do art. 475-B, eis que prolatada em 12/05/2015, sob a égide do Novo Código de Processo Civil.

Ocorre, que há situações em que o título judicial embora represente direito certo, não apresenta liquidez do crédito, ou seja, o título judicial apresenta todos os elementos identificadores do direito (*an debeatur* e o *quid debeatur*), mas não revela o *quantum debeatur*. Nesse momento, o instituto da liquidação de sentença vem proporcionar liquidez à obrigação que a sentença genérica não é capaz de outorgar, devendo a decisão proferida limitar-se apenas ao *quantum debeatur*.

O apelante, às fls. 1389-1391 (índice 01434), em suas razões recursais, elenca um rol de acordos que afirma ter realizado com as partes envolvidas relativos a ilícitos perpetrados pela sociedade empresária. Com base nesses valores pretende a amortização de sua dívida em sede de liquidação de sentença. Contudo, instado a apresentar os documentos necessários à comprovação do efetivo pagamento das referidas indenizações, mais uma vez quedou-se inerte.

(...).

Como se não bastasse, o apelante ainda requer que haja a reforma da sentença, determinando-se que a liquidação de sentença se proceda na modalidade por arbitramento ou mesmo por artigos. Vejamos.

A modalidade de liquidação por arbitramento é, em suma, uma perícia, a qual já foi realizada em sede de ação cautelar de produção antecipada de provas que tramitou na 7ª Vara Cível da Comarca da Capital e, portanto, em que pese às alegações do apelante em sede preliminar, estas já foram rechaçadas em virtude da própria inércia do recorrente em apresentar a documentação exigida pelo perito para elaboração do laudo pericial.

A modalidade de liquidação de sentença por artigos era admitida no CPC/1973, artigo 475-E, quando para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

(...).

Ocorre, que não há “fato novo” algum nos autos. Repita-se que o apelante, mais uma vez, na ação principal, ao ser instado a apresentar a documentação pertinente não se desincumbiu do ônus quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos autores, ora embargados.

No caso vertente, a liquidação tem por objetivo apenas determinar o quantum debeatur, através de mero cálculo aritmético, devendo os apelados instruir a demanda com memória discriminada e atualizada do crédito, nos moldes do artigo 475-B, do Código de Processo Civil. Caso o apelante queira impugnar a conta, por considerá-la incorreta, poderá fazê-lo através da interposição de embargos.

(...).

No mérito, os autores pretendem ver corrigidas a sucumbência em caso de acolhimento do pedido principal e a responsabilidade dos corréus em caso de inadimplemento do primeiro Réu diante da possibilidade conferida aos autores no art. 475, do Código Civil.

O artigo 475 do Código Civil afirma que, “...a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos...” Atente-se, que esse artigo dá o direito de a parte lesada optar pelo cumprimento forçado do contrato ou então pelo seu rompimento. É um ou outro e não os dois, o que não o impede de mudar de posicionamento durante o curso do processo, pois são duas formas diferentes de exercer um mesmo direito, devendo expressar a sua vontade para que o juiz possa analisá-la, respeitado o estabelecido entre as partes na forma da lei.

In casu, consta no pedido alternativo apenas a resolução da escritura pública de compra e venda, não havendo pedido de resolução do contrato social, ou sua alteração. Logo, tal pedido formulado pelos autores, não encontra procedência e sua admissão seria interpretada como extra petita e aí, sim, passível de anulação.

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, especialmente sobre o fato de que o ora agravante não se desincumbiu do ônus de afastar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos autores, ora agravados, demandaria o reexame do acervo fático, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Ressalto que a alteração da conclusão do Tribunal de origem de que a execução das quantias devidas aos ora agravados depende de simples cálculos aritméticos, para apurar-se o valor em liquidação de sentença, demandaria o reexame do acervo fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), conforme antigo e consolidado entendimento deste Tribunal sobre o tema.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. ARBITRAMENTO E ARTIGOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE FATOS NOVOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há violação ao art. 458 e 535, II, do CPC, quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. Para a apuração do montante da indenização devida, por vezes, há a necessidade de se alegar e provar fatos novos, ainda não discutidos na ação de conhecimento, caso em que se revela adequado o uso da liquidação por artigos, prevista no art. 475-E do CPC/1973.

3. Tendo o acórdão recorrido concluído pela desnecessidade de comprovação de fato novo, rever seus fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.336.014/SP, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/3/2017.)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS. PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DA PARTE EXECUTADA DE QUE A LIQUIDAÇÃO SEJA FEITA POR ARTIGOS. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA À COISA JULGADA FORMADA NO TÍTULO JUDICIAL. CARACTERIZAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de procedimento de cumprimento de sentença, nos autos de ação de indenização por perdas e danos decorrentes do descumprimento de contrato de distribuição de produtos, em que o acórdão liquidando determinou que o quantum debeatur fosse apurado mediante a necessária "nomeação de perito judicial". Quando a fixação do montante exato da indenização imposta por sentença condenatória ilíquida depender apenas de perícia, a liquidação da sentença dar-se-á por arbitramento, na forma do art. 475-D do CPC/1973.

2. Embora a Súmula 344/STJ disponha que "a liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada", no caso, tendo o aresto recorrido decidido que a liquidação por arbitramento é o meio técnico adequado para a apuração do valor devido, haja vista a inexistência de fato novo a ser provado, o acolhimento da pretensão recursal da executada, ora recorrente, favorável à utilização da liquidação por artigos, importaria no reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal. Precedentes.

3. Não se ignora que o Juízo da execução pode interpretar o título formado na fase de conhecimento, com o objetivo de promover a sua liquidação, a fim de extrair o sentido e o alcance do comando sentencial, mediante integração da parte dispositiva com a fundamentação, mas, nessa operação, nada pode acrescentar ou retirar, devendo apenas aclarar o exato alcance da tutela judicial prestada (AgInt no REsp n. 1.599.412/BA, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe de 24/2/2017).

4. No julgamento da apelação, de cujo acórdão se originou o título

exequendo, ficou expressa a determinação de "tornar sem efeito a perícia técnica realizada na fase de conhecimento, eis que não condizente com os parâmetros condenatórios utilizados pela Câmara, mantendo incólumes os demais fundamentos do acórdão recorrido".

Nesse contexto, no momento da liquidação, não poderia o magistrado enviar os autos à Contadoria Judicial, com a recomendação de que os cálculos fossem elaborados, "tendo como base os parâmetros usados na perícia realizada na fase de conhecimento". Entendimento esse que foi referendado pelo Tribunal estadual, a pretexto de que não teria sido determinada a sua anulação. Ao assim proceder, as instâncias ordinárias incorreram em ofensa à coisa julgada firmada no título judicial.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1757915/PI, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESERVA DE POUPANÇA. PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. DESNECESSIDADE. QUESTÃO DE PROVA. SÚMULA STJ/7.

Se o Acórdão recorrido afirmou que a apuração do valor da condenação depende apenas de cálculos aritméticos, a alegação da recorrente quanto à necessidade de realização de liquidação por arbitramento só poderia ter sua procedência verificada mediante incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

Agravo improvido.

(AgRg no Ag 1.066.394/RJ, Terceira Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJ 28.11.2008.)

Com relação à temática relacionada aos honorários advocatícios, o Juízo singular assim decidiu a questão (fls. 1.416):

Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o feito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar o primeiro réu - Luiz Boa Pinta Teixeira de Abreu Filho - a pagar à parte autora o débito referente à escritura objeto da presente - no valor de R\$ 9.460.608,38 (nove

milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e oito reais e trinta e oito centavos), em 30/09/2006 - acrescido de Juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e correção monetária, a partir da elaboração do cálculo, ou seja, 30/09/2006. Caberá apurar-se o quantum em liquidação de sentença, conforme artigo 475-B, do Código de Processo Civil. Em vista da sucumbência, condeno o primeiro réu ao custeio de despesas processuais e de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor da condenação, conforme artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

Quanto aos honorários advocatícios ora fixados pelo Tribunal local, ficou registrado o seguinte (fl. 1.614):

Já os honorários sucumbenciais são pagos pelo vencido diretamente ao advogado do vencedor, e a estes pertencem nos termos do art. 23, *caput*, da Lei 8.906/94, sendo devidos nas causas e nas hipóteses em que a lei determinar. No CPC/1973, estão previstos no art. 20, §§ 3º a 5º, do CPC/1973 e devem ser estipulados entre valores mínimo e máximo de 10% a 20% sobre o valor da condenação.

No caso em tela, confere-se que a complexidade do trabalho, o tempo empenhado para a sua realização, além do zelo profissional e atuação diligente desde a propositura da demanda até a prolação da decisão de mérito, justificam o percentual de 10% (dez por cento) arbitrado pelo magistrado sentenciante à título de honorários sucumbenciais, na forma do artigo 20, § 3º, do CPC/1973, o que inviabiliza a sua redução ao patamar pretendido pelo apelante, devendo ser mantida, nos moldes da sentença vergastada.

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, via de regra, não é possível rever os critérios adotados pelo julgador na fixação dos honorários advocatícios, porque tal dependeria de reexame de matéria fático-probatória. A incidência da Súmula 7 do STJ, quanto a essa matéria, só pode ser afastada quando o valor fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no presente caso. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. IRRISORIEDADE NÃO CARACTERIZADA. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não sendo evidente a exorbitância ou a irrisoriedade da verba honorária sucumbencial, a pretensão de sua revisão encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

2. "O conceito de verba ínfima não está necessariamente atrelado ao montante da causa, havendo que se considerar a expressão econômica da soma arbitrada, individualmente, ainda que represente pequeno percentual se comparado ao da causa" (REsp 450.163/MT, 2ª Seção, Rel. p/acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 23.8.2004, p. 117)

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg. no AREsp. 66.491/SC, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 8/10/2013, DJe 17/10/2013.)

Além disso, verifica-se que o decidido pelo Tribunal local está em conformidade com o entendimento desta Corte, pois quando o acórdão proferido é de cunho condenatório, os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015, o qual corresponde ao art. 20, § 3º, do CPC/1973. A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL DO HOSPITAL E MATERNIDADE VOLUNTÁRIOS LTDA. PROCESSUAL CIVIL. ÁGUA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DECISÃO CONDENATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS DESCRITOS NO § 3º DO ART. 20 DO CPC.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, em se tratando de ação de cunho condenatório, deverão ser observados os limites de 10% e 20% descritos no § 3º do art. 20 do CPC, sobre o valor da condenação, para fins de fixação dos honorários advocatícios.

2. Agravo regimental provido.

[...] (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.320.705/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 24/10/2013.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA
CONDENATÓRIA. ARBITRAMENTO COM FULCRO NO ART.
20, § 3º DO CPC. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Com relação à fixação da verba honorária, conforme entendimento desta Corte, quando o Acórdão proferido é de cunho condenatório, devem os honorários advocatícios ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. (REsp 1099329/DF, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 17/05/2011).

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 96.070/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 18/12/2012.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor das partes recorridas, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora